



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária. Lista de antiguidade. Promoção de carreira. Ausência de motivo que justifique a negativa de acesso. Recurso provido.

DECISÃO OGE/LAI nº 144/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, de número SIC em epígrafe, para acesso à relação de antiguidade dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária utilizada para promoção na carreira, bem como o tempo de atividade destes servidores.
2. Em resposta, o ente negou acesso às informações alegando serem estas de caráter pessoal, posição reiterada em recurso hierárquico. Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional dirigido a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, verifica-se assistir razão ao recorrente. A Lei de Acesso à Informação define informações pessoais como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV). Não obstante, a mera referência à pessoa natural não é suficiente para justificar eventuais restrições de acesso; do contrário, chegar-se-ia à equivocada conclusão de que todos os processos judiciais deveriam correr em segredo. Nesse sentido, a publicidade apenas é afastada quando existentes informações pessoais “relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem”, nos termos do artigo 31, §1º, da aludida norma.
4. Vale lembrar que a relação nominal dos servidores em questão já se encontra disponibilizada no Portal da Transparência do Estado de São Paulo, inclusive com a divulgação de seus salários. Bastaria ao órgão recorrido fornecer, em caso, a lista por ordem de antiguidade para fins de promoção, com data de ingresso na carreira, conforme o pedido inicial.
5. Por todo o exposto, ausente justificativa suficiente para a negativa de acesso às informações almejadas, **conheço do recurso**, para no mérito **dar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do mesmo artigo, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de julho de 2017.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal preta.

MARIA INÊS FORNAZARO
OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA